

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 20 de outubro de 2021 • Nº 1175 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

OCDE

Padrão de vida no Brasil deve ficar estagnado por 40 anos

O padrão de vida dos brasileiros deve ficar praticamente estagnado pelos próximos 40 anos, segundo projeção da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). De 2030 a 2060, deverá haver uma queda de 0,2% na fatia da população ativa no mercado de trabalho do Brasil. O potencial da taxa de ocupação no Brasil também deve cair 0,1% no mes-

mo período. Esse resultado só não é pior que na Índia (-0,6%), mas praticamente empata com os desempenhos de Argentina e China durante o período avaliado. Em grandes economias emergentes, como o Brasil, uma produtividade relativamente fraca implica em um processo muito mais lento de convergência aos padrões de vida dos EUA, diz o documento. **PÁGINA 2**

PRESSÃO

CNMP abre processo para punir Lava Jato do Rio

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) decidiu ontem instaurar processo administrativo disciplinar (PAD) contra os 11 integrantes da antiga força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro por supostamente terem violado o sigilo de investigação sobre pagamento de propina na construção de Angra 3. Por 8 votos a 4, os conselheiros decidiram instaurar o procedimento aberto a pedido dos ex-ministros Romero Jucá, Edison Lobão e seu filho Márcio Lobão, acusados pelo grupo de procuradores. A recomendação do corregedor do CNMP, Rinaldo Reis Lima, é pela demissão dos procuradores. **PÁGINA 3**

PETRÓLEO



DIVULGAÇÃO

Defasagem no preço gera risco ao abastecimento de combustíveis

O aumento da defasagem entre os preços internos dos combustíveis e as cotações internacionais acendeu alertas no mercado sobre riscos de desabastecimento de produtos por dificuldades de importação por empresas privadas. As preocupações ganharam força desde a semana passada, quando a Petrobras informou a distribuidoras de combustíveis que não poderia atender a todos os volumes solicitados para entrega em novembro, alegando que houve um crescimento atípico dos pedidos. O mercado vê na decisão uma estratégia para forçar importações privadas de combustíveis e evitar prejuízos com a venda a preços brasileiros de produtos comprados mais caros no exterior, operação que é vedada pelo estatuto da estatal. Ontem, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), afirmou que sem a percepção clara de que os preços seguirão regras de mercado, não há segurança para investimentos. **PÁGINA 2**

EDUCAÇÃO

RJ e Prefeitura buscam alunos que não voltaram

As secretarias de Educação do município e do estado do Rio de Janeiro estão desenvolvendo estratégias para localizar os estudantes que deixaram de assistir às aulas durante a pandemia da Covid-19 e ainda não retornaram às escolas. A estimativa é que sejam 25 mil estudantes na capital e cerca de 80 mil na rede estadual. Segundo a Secretaria Municipal de Educação do RJ, responsável principalmente pela educação infantil e ensino fundamental, todos os anos há estudantes que deixam de frequentar as aulas e até mesmo abandonam os estudos. Com a pandemia e o fechamento prolongado das escolas em 2020, no entanto, o quadro se agravou. **PÁGINA 4**

CPI DA COVID

Renan quer cobrar Barros, Wizard, Nise, Prevent e mais 6 por dano moral



EDILSON RODRIGUES/ AGENCIA SENADO

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) (foto), relator da CPI da Covid, quer cobrar de políticos, médicos e empresários danos morais coletivos causados na pandemia pela defesa do "kit Covid" e da imunidade de rebanho. Na versão mais re-

cente da minuta de relatório da CPI, Renan sugere ação civil contra o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), o deputado Osmar Terra (MDB-RS), a médica Nise Yamaguchi e o empresário Carlos Wizard. **PÁGINA 3**

BAIXA RENDA

Senado aprova auxílio-gás de 50% do valor do botijão

O Senado aprovou ontem a criação do programa Gás dos Brasileiros, auxílio que vai subsidiar, no mínimo, 50% do valor do botijão de gás para famílias de baixa renda. Foram 76 votos favoráveis e 1 contrário. A intenção é minimizar o efeito do aumento do preço do produto no orçamento familiar, que já ultrapassa a média de R\$ 100. O texto foi votado pelos deputados em setembro, mas foi alterado pelos senadores, que incluíram na versão final propostas apresentadas por Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Braga (MDB-AM). Por isso, o projeto voltará à Câmara. A principal mudança feita pelos senadores foi a exclusão da Cide. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA: -3,28% / 110.672,76 / -3.755,42 / Volume: 36.860.893.287 / Quantidade: 5.388.760				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	-0,64% (set.)	EURO turismo	Compra: 6,6001	Venda: 6,7801				
Maiores Altas				Maiores Baixas		Mais Negociadas		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	1,16% (set.)	Compra: 6,6001	Venda: 6,7801			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic (23/09)	6,25%	0,26	até o dia 18/out	Compra: 5,5515	Venda: 5,5521		
GETNET BR UNT	9,10	+17,88	+1,38	AZUL PN ATZ N2	30,80	-10,36	-3,56	PETROBRAS PN N2	28,01	-4,89	-1,44	NASDAQ Composite	15.129,089	+0,71	Compra: 5,5938	Venda: 5,5944
AMERICANAS ON NM	39,03	-0,10	-0,04	MELIUIZ ON NM	4,43	-8,47	-0,41	VALE ON NM	79,00	-1,15	-0,92	Euro STOXX 50	4.169,61	+0,38	Compra: 5,5938	Venda: 5,5944
P.ACUCAR-CBDON NM	28,82	-0,48	-0,14	CIELO ON NM	2,37	-9,20	-0,24	B3 ON NM	12,52	-3,10	-0,40	CAC 40	6.669,85	-0,05	Compra: 5,5938	Venda: 5,5944
VALE ON NM	79,00	-1,15	-0,92	LOCAWEB ON NM	21,37	-7,05	-1,62	JBS ON NM	37,93	-1,51	-0,58	FTSE 100	7.217,53	+0,19	Compra: 5,6266	Venda: 5,8066
TAESA UNT N2	37,49	-1,26	-0,48	GRUPO SOMA ON NM	15,85	-7,53	1,29	ITAUNIBANCO PN N1	24,34	-2,37	-0,59	DAX	15.515,83	+0,27		

DocuSigned by:

Autentico
diário do Acionista

6BF767B5695F4B6...

20-out-21 | 4:30 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Bolsa cai 3,3% e dólar a R\$ 5,59 após Bolsonaro bancar auxílio de R\$ 400

CALYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em forte queda e o dólar disparou ontem com o mercado temendo que as discussões em Brasília sobre o novo programa de distribuição de renda do governo resultem em aumentos de gastos acima do teto fiscal. A tensão também elevou os juros futuros.

O Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 3,28%, a 110.672 pontos. O indicador chegou a recuar 3,91% durante a tarde, quando atingiu a mínima de 109.947 pontos. O dólar subiu 1,35%, a R\$ 5,595, perto da máxima de R\$ 5,613.

A moeda americana manteve o viés de alta durante todo o pregão, mesmo depois do leilão realizado pelo Banco Central para venda à vista de US\$ 500 milhões (R\$ 2,78 bilhões), a primeira operação desse tipo desde março.

A turbulência no mercado foi gerada pela informação de que o presidente Jair Bolsonaro determinou que o Auxílio Brasil chegue a R\$ 400, valor superior aos R\$ 300 do auxílio emergencial. O benefício pago na pandemia acaba no próximo dia 31.

Segundo interlocutores do

presidente, há espaço no orçamento do Bolsa Família para pagar os R\$ 300 neste ano a 17 milhões de pessoas. O desafio, porém, é chegar ao novo valor determinado pelo presidente, de R\$ 400. O gasto fora da regra fiscal deve ficar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões.

A ordem de Bolsonaro gerou clima de derrota na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. O nervosismo do mercado e a pressão de Guedes levaram o Palácio do Planalto a desistir de realizar uma cerimônia nesta terça para anunciar o programa Auxílio Brasil.

No mercado de juros futuros, em relação ao ajuste da véspera, a taxa DI (Depósito Interfinanceiro) para janeiro de 2023 subiu de 9,35% para 9,84%. Para 2025, o avanço foi de 10,27% para 10,89%. Em relação a 2027, passou de 10,66% para 11,19%. Nos Estados Unidos, Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq subiram 0,56%, 0,74% e 0,71%, respectivamente.

O petróleo Brent, referência mundial, subiu 0,75%, a US\$ 84,96 (R\$ 471,70). Apesar da alta da commodity, as ações da Petrobras caíram 4,89%. O clima de tensão também provocou queda de 1,15% nas ações da Vale.

OCDE

Padrão de vida no Brasil deve ficar estagnado por 40 anos

O padrão de vida dos brasileiros deve ficar praticamente estagnado pelos próximos 40 anos, segundo projeção da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgada ontem.

De 2030 a 2060, deverá haver uma queda de 0,2% na fatia da população ativa no mercado de trabalho do Brasil. O potencial da taxa de ocupação no Brasil também deve cair 0,1% no mesmo período.

Esse resultado só não é pior

que na Índia (-0,6%), mas praticamente empata com os desempenhos de Argentina e China durante o período avaliado.

Em grandes economias emergentes, como o Brasil, uma produtividade relativamente fraca implica em um processo muito mais lento de convergência aos padrões de vida dos Estados Unidos, diz o documento.

De acordo com a entidade, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) potencial do Brasil deve ficar em 1,1% ao ano na década de 2020 a 2030, e em 1,4%

entre os anos de 2030 e 2060.

A OCDE também estima que o crescimento real do PIB dos países do grupo e do G20 deve cair pela metade no pós-Covid: de cerca de 3% para 1,5% em 2060.

A organização ressalta a importância de reformas estruturais para melhorar o cenário fiscal desses países após a crise sanitária.

A OCDE cita, ainda, o envelhecimento da população como um fator que serve para jogar mais pressão sobre os orçamentos dos governos.

Para tentar reduzir esse impacto, a organização considera a importância de mudanças estruturais nos sistemas de previdência e no mercado de trabalho.

Segundo a entidade, no Brasil, a reforma da Previdência deve reduzir a generosidade de benefícios ao longo do tempo. "Alguns países introduziram regras de acessibilidade ou outros mecanismos em suas pensões públicas que podem implicar declínios nas taxas médias de benefícios ao longo do tempo", diz a OCDE.

PETRÓLEO

Defasagem no preço gera risco ao abastecimento de combustíveis

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

O aumento da defasagem entre os preços internos dos combustíveis e as cotações internacionais acendeu alertas no mercado sobre riscos de desabastecimento de produtos por dificuldades de importação por empresas privadas.

As preocupações ganharam força desde a semana passada, quando a Petrobras informou a distribuidoras de combustíveis que não poderia atender a todos os volumes solicitados para entrega em novembro, alegando que houve um crescimento atípico dos pedidos.

O mercado vê na decisão uma estratégia para forçar importações privadas de combustíveis e evitar prejuízos com a venda a preços brasileiros de produtos comprados mais caros no exterior, operação que é vedada pelo estatuto da estatal.

Ontem, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), afirmou

que sem a percepção clara de que os preços seguirão regras de mercado, não há segurança para investimentos nem para importações que complementem o déficit interno de derivados.

"O alinhamento de preços ao mercado internacional apresenta-se como a abordagem necessária para garantir o abastecimento do mercado aos menores custos para a população", disse o instituto, que reúne as grandes petroleiras e distribuidoras de combustíveis que atuam no país, incluindo a própria Petrobras.

Na semana passada, uma associação que reúne distribuidoras de menor porte, a Brasilcom, veio a público dizer que a Petrobras estava cortando em até 50% os pedidos de suas associadas, o que colocaria o país "em situação de potencial desabastecimento".

A estatal diz que houve uma "demanda atípica" para o período, com pedidos muito superiores aos normais e acima de sua capacidade de produção. "Ape-

nas com muita antecedência, a Petrobras conseguiria se programar para atender essa demanda", afirmou, em nota.

Para executivos do setor, o problema reflete uma mudança na estratégia comercial da estatal, que reduziu a frequência de reajustes após a posse do general Joaquim Silva e Luna, e hoje admite operar com defasagens por prazos mais longos.

Nesta terça, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o litro do diesel vendido pela estatal custa R\$ 0,61 a menos do que a paridade de importação, conceito que simula quanto custaria para trazer o produto ao país. Na gasolina, a diferença é de R\$ 0,46 por litro.

Atualmente, cerca de um quarto do mercado de óleo diesel é abastecido por produtos importados. No caso da gasolina, são cerca de 10%. A Petrobras diz que vem aumentando a produção em suas refinarias,

mas uma parcela do mercado continuará sendo atendida por importações.

Executivos do setor entendem que as maiores distribuidoras terão condições de importar os produtos para seus clientes, mas pode haver dificuldade entre as menores e, principalmente, para postos de bandeira branca, que costumam ter menores volumes garantidos em contratos de longo prazo.

Com as defasagens, a participação da Petrobras nas importações cresceu em 2021: em agosto, a estatal foi responsável por 58% das compras externas de diesel e por 83% das de gasolina. Na média, em 2019, foram 30,4% e 39,1%, respectivamente.

Agora, a expectativa é que esse movimento seja revertido, com maior participação privada nas compras no exterior. E, mesmo que não haja desabastecimento, o repasse da diferença deve aumentar a pressão sobre os preços dos combustíveis nas bombas.

BAIXA RENDA

Senado aprova criação de auxílio-gás com 50% do preço do botijão

WASHINGTON LUIZ/FOLHAPRESS

O Senado aprovou ontem a criação do programa Gás dos Brasileiros, auxílio que vai subsidiar, no mínimo, 50% do valor do botijão de gás para famílias de baixa renda. Foram 76 votos favoráveis e 1 contrário.

A intenção é minimizar o efeito do aumento do preço do produto no orçamento familiar, que já ultrapassa a média de R\$ 100.

O texto foi votado pelos deputados em setembro, mas foi alterado pelos senadores, que incluíram na versão final propostas apresentadas por Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Braga (MDB-AM). Por isso, o projeto voltará à Câmara. A principal mudança feita pelos senadores foi a exclusão da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) como fonte de recursos da iniciativa.

Outra modificação foi no nome do programa, que anteriormente era chamado de Gás Social. De acordo com a versão fi-

nal, o governo deverá pagar, a cada bimestre, durante cinco anos, uma parcela que corresponda a pelo menos a metade da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg. Esse era um dos pontos previstos no projeto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Poderão ser beneficiadas pelo auxílio as famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional.

Além delas, o texto prevê o pagamento do benefício para aqueles que morem com quem receba o BPC (Benefício de Prestação Continuada) do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

O repasse, segundo o projeto, deverá ser concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência.

CRISE HÍDRICA

Reunião do governo com Fundação Cacique Cobra Coral irrita empresários

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

A recente reunião do Ministério de Minas e Energia com a entidade esotérica Fundação Cacique Cobra Coral, que diz controlar o clima, desagradou representantes do empresariado que vêm, há meses, tentando convencer o governo de que haveria benefício econômico em retomar o horário de verão para resolver o problema energético agravado pela falta de chuva.

Fabio Aguayo, diretor da CNTur, uma das entidades de turismo que defende a mudança no relógio para alongar o tempo de atendimento no comércio e nas atividades de lazer, diz que o encontro do ministério com a Cobra Coral mostra que o governo está preocupado, mas não pode contar com a sorte e esperar um dilúvio para resolver a questão energética.

Para Aguayo, o ministro Bento Albuquerque é "intransigente e

cabeça dura". Ele afirma que deve ser difícil por parte do governo admitir a volta do horário de verão porque o debate tomou um rumo ideológico comparável a cloroquina e tratamento precoce, quando deveria ser mais econômico, científico e estratégico.

O grupo pró-horário de verão iniciado por Aguayo, que tem apoio de associações de bares e restaurantes, argumenta que a medida promoveria alguma economia de energia. Também

permitiria estender o funcionamento de atividades ligadas ao lazer e ajudaria os negócios mais afetados na pandemia.

"Eles estão em um momento crítico. Não podem contar com a sorte. Não podem contar com a sorte de que vai ter um dilúvio, um tsunami de chuva no Brasil. Não vai. Ficaram tão fechados nesse mundinho deles da ideologia, agora estão indo para o lado esotérico. É o que restou para eles", afirma Aguayo.

PRESSÃO

Planalto adia anúncio de Auxílio Brasil

O Palácio do Planalto desistiu de realizar cerimônia nesta terça-feira para anunciar que o Auxílio

Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família, deverá pagar em média R\$ 400 por família -

acima do previsto anteriormente.

O recuo ocorre após nervosismo do mercado diante da possibilidade de o governo aumentar gastos acima do teto, e pressão do ministro Paulo Guedes.

A Bolsa de Valores brasileira operava em forte queda e o dólar avançava firme na tarde desta terça-feira.

A cerimônia não entrou na

agenda oficial do presidente ou dos ministros, mas foi confirmada reservadamente por autoridades.

O cerimonial do Planalto organizou o Salão Nobre do palácio, onde ocorrem normalmente os eventos públicos. Enquanto a cerimônia era cancelada, alguns convidados ainda chegavam ao local.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO 12/2021

Aquisição de Material Permanente de Áudio e Vídeo

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado no Boletim Interno/ESG N° 50, de 22 de julho 2021, que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO SRP, na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço Por Item, tendo por finalidade a aquisição de material permanente de áudio e vídeo. A sessão pública será realizada no dia 29 de outubro de 2021, às 08h30min, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (www.comprasgovernamentais.gov.br).

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

PRESSÃO

CNMP abre processo de punição na Lava Jato do RJ

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) decidiu ontem instaurar processo administrativo disciplinar (PAD) contra os 11 integrantes da antiga força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro por supostamente terem violado o sigilo de investigação sobre pagamento de propina na construção de Angra 3.

Por 8 votos a 4, os conselheiros decidiram instaurar o procedimento aberto a pedido dos ex-ministros Romero Jucá, Edison Lobão e seu filho Márcio Lobão, acusados pelo grupo de procuradores.

A recomendação do corregedor do CNMP, Rinaldo Reis Lima, é pela demissão dos procuradores. A pena só será definida ao final da investigação, caso o conselho entenda que houve, de fato, alguma infração funcional.

A decisão foi tomada em meio ao debate sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera a composição do órgão e

dá mais poder ao Congresso no colegiado.

Na segunda-feira passada, o CNMP decidiu pela demissão do procurador Diogo Castor de Mattos, membro da antiga força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, em razão da contratação de um outdoor na capital paranaense em homenagem à operação.

A punição foi interpretada por parlamentares como uma resposta do conselho às críticas de que o órgão é corporativista e hesita em penalizar abusos de membros da carreira.

Essa leitura foi feita principalmente por envolver um procurador da Lava Jato, que participou de diversas ações do Ministério Público Federal contra nomes importantes do mundo político.

A intenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de líderes do Congresso é votar a proposta o quanto antes. Nesta semana, porém, procuradores, promotores e críticos das mudanças intensificaram os esforços para tentar barrar a PEC.

No caso dos procuradores do

Rio, o corregedor do CNMP afirmou que a pena de demissão foi sugerida em seu parecer porque é a pena máxima prevista para processos do tipo. Ao menos cinco conselheiros que votaram a favor da abertura de investigação declararam que a punição deveria ser outra, caso haja identificação de irregularidade.

Esta é o primeiro PAD aberto contra a equipe da força-tarefa do Rio. Contra o grupo de Curitiba houve, além da demissão de Castor de Mattos, pena de censura ao procurador Deltan Dallagnol, ex-coordenador da Lava Jato paranaense, por tuítes contra o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A discussão girou em torno de um release (texto da assessoria de comunicação do Ministério Público Federal) sobre uma denúncia da força-tarefa contra Lobão e Jucá sob acusação de recebimento de propina na construção da usina nuclear de Angra 3.

A defesa dos acusados alega que, no momento do oferecimento da denúncia, em 9 de

março de 2021, as informações estavam sob sigilo, motivo pelo qual não poderiam ter sido divulgadas. O texto foi divulgado no dia seguinte à acusação, e a restrição só foi derrubada oito dias depois, por decisão judicial.

Os procuradores afirmam que a divulgação do oferecimento de denúncia é prática comum no Ministério Público Federal, obedecendo o princípio da publicidade e do interesse público.

Além disso, declaram que o período no qual a ação penal ficou sob sigilo decorreu de uma falha no sistema da Justiça Federal, que estendeu à acusação o mesmo status do processo de investigação, esta com acesso restrito.

O corregedor do CNMP, Rinaldo Reis Lima, defendeu a abertura do processo porque o release continha, além da informação sobre o oferecimento da denúncia, os valores da suposta propina obtida pelos acusados – informação obtida no curso da investigação sob a qual recaia sigilo.

COVID-19

SP monitora taxa de contaminação após contato com infectados

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Um estudo divulgado pela prefeitura de São Paulo, denominado RastCov-Sampa, demonstrou que quatro em cada dez pessoas monitoradas que tiveram contato próximo com alguém infectado pela Covid-19 também se contaminaram com o vírus. Segundo a prefeitura, na maior parte dos casos, as pessoas viviam na mesma residência.

Divulgado na semana passada, o estudo acompanhou 16.589 pessoas. Desse total, 2.359 tiveram resultado positivo para Covid-19, uma taxa de positividade de 14,2%. A prefeitura monitorou com quem essas pessoas infectadas tiveram contato e verificou que 42,2% dos contactantes desenvolveram a doença, índice chamado de taxa de ataque. A taxa de ataque é a taxa de incidência de uma determinada doença para um grupo de pessoas expostas ao mesmo risco limitadas a uma área bem definida.

Com esse resultado, a prefeitura decidiu manter o uso de máscaras de proteção na cidade de São Paulo. “Recomendamos fortemente a utilização de máscaras em ambientes fechados e abertos. Haverá uma nova rodada dessa pesquisa até o dia 10 de novembro. Até lá, nada muda na cidade”, disse o secretário municipal da Saúde de São Paulo, Edson Aparecido.

Na segunda-feira, em entrevista, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, disse que pretendia suspender a obrigatoriedade do uso de máscara na capital paulista, mas o estudo demonstrou que isso ainda não é possível. “Eu tinha expectativa pessoal de que poderia liberar. Ainda bem que eu pedi o estudo”, afirmou Nunes. “O estudo detectou que mais de 88% das pessoas que se contaminaram foi dentro da residência. Quem está dentro de casa, sem máscara, tem mais possibilidade (de se infectar)”, acrescentou.

De acordo com o secretário, isso comprova que o uso de máscaras ainda é necessá-

rio nos ambientes externos. “Nos ambientes onde não se usa máscara, a taxa de contaminação ainda é muito alta”, afirmou Edson Aparecido.

Segundo a prefeitura, nesse monitoramento, foram testadas tanto pessoas com sintomas quanto as assintomáticas que tiveram contato com pessoas com resultado positivo em testes para covid-19.

O monitoramento mostrou ainda que, na maior parte dos casos, a transmissão se dá antes do início dos sintomas, com o pico acontecendo 24 horas antes dos sintomas se manifestarem.

MÉDIA MÓVEL

Na entrevista desta segunda-feira, Edson Aparecido falou também sobre o impacto da vacinação na queda do número de mortes e de internações por covid-19 na cidade de São Paulo. Segundo o secretário, ontem não havia qualquer paciente intubado na cidade por causa da doença.

“Em função do avanço da vacinação, houve queda de 90% na ocupação dos leitos na cidade de São Paulo. No dia 7 de abril, tinha 337 pessoas em UTI [unidade de terapia intensiva] das quais 99 intubadas. Tinha (durante o pico da segunda onda, entre março e abril deste ano) uma média de internação diária que passava de 400 pedidos todas as manhãs. Hoje de manhã [ontem] tivemos cinco pedidos de internação em UTI”, disse o secretário. “Não temos hoje nenhum paciente de UTI intubado na cidade”, acrescentou.

O impacto da vacinação é também sentido na média móvel de mortes por covid-19. Conforme dados do Painel Covid-19 da Secretaria Municipal de Saúde, em março deste ano, no pico da segunda onda, a cidade de São Paulo registrou 6.707 óbitos pela doença. Foi o maior número de mortes registrado em um único mês desde o início da pandemia de covid-19. Os números vêm caindo mês a mês – em setembro, foram registradas 336 mortes.

SÃO PAULO

Justiça anula provas e encerra ação criminal contra ex-assessora de Lula

A Justiça Federal em São Paulo considerou nulas as provas obtidas na Operação Porto Seguro da Polícia Federal, que investigou um suposto esquema de venda de pareceres em órgãos do governo federal, e encerrou ações penais do caso que tinham como réus a ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo Rosemary Noronha, o ex-senador Gilberto Miranda e o ex-advogado-geral adjunto da União, José Weber de Holanda Alves.

Os réus eram acusados dos crimes de corrupção, tráfico de influência, formação de quadri-

lha e falsidade ideológica. O caso ganhou notoriedade pelo posto que Rosemary ocupava na administração petista e pela proximidade com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Também eram réus os irmãos Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas), e Rubens Vieira, ex-diretor da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), e o ex-auditor do TCU (Tribunal de Contas da União) Cyonil Borges.

A decisão de encerrar os processos criminais foi tomada pelo juiz substituto da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo Rodri-

go Boaventura Martins na segunda-feira passada.

Segundo o magistrado, a medida era necessária em virtude de julgamento anterior do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que havia anulado as interceptações telefônicas e telemáticas e a quebra de sigilo bancária realizadas na investigação da PF.

De acordo com o entendimento do STJ, a decisão judicial que havia autorizado as ações policiais no início das apurações teve fundamentação insuficiente.

Para o juiz da vara criminal, as provas obtidas em investigações posteriores que tiveram ba-

se nas interceptações e quebra de sigilo também deveriam ser anuladas.

Martins aplicou um entendimento consolidado nos tribunais brasileiros de que as medidas decorrentes de provas ilegais também devem ser consideradas ilícitas, ou seja, uma irregularidade em uma ação policial “contamina” todas as evidências posteriores que dependeram dela para vir à tona no processo.

O juiz avaliou que, sem as provas anuladas, as denúncias da Procuradoria perderam sua base principal e decidiu então encerrar as causas.

CPI DA COVID

Renan quer cobrar Barros, Wizard, Nise, Prevent e mais 6 por dano moral

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid, quer cobrar de políticos, médicos e empresários danos morais coletivos causados na pandemia pela defesa do “kit Covid” e da imunidade de rebanho.

Na versão mais recente da minuta de relatório da CPI, Renan sugere ação civil contra o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), o deputado Osmar Terra (MDB-RS), a médica Nise Yamaguchi e o empresário Carlos Wizard.

Além deles, o relator recomenda cobrar a Prevent Senior, o ex-assessor da Presidência Arthur Weintraub, o médico Luciano Dias Azevedo, o virologista Paolo Zanotto, a Associação Médicos pela Vida e o laboratório Vitamedic.

Renan não apresenta uma

estimativa do valor deste dano coletivo. As conclusões do senador sobre possíveis responsabilidades civis destes nomes constam de minuta do relatório da CPI da Covid.

Após mal-estar entre os senadores pelo vazamento do relatório, Renan deve apresentar o texto ao colegiado hoje. A votação sobre o parecer está marcada para o próximo dia 26.

O senador propõe que o MPF (Ministério Público Federal) apresente ação contra quem promoveu “de forma sistemática” a difusão do tratamento precoce com medicamentos sem eficácia para Covid-19, como a hidroxiquina, e estimulou a política de contaminação para adquirir imunidade de rebanho.

A sugestão de abrir processos por dano moral coletivo aparece

duas vezes no relatório, com pequenas alterações na lista de alvos do senador. O texto ainda está sendo consolidado.

Em outro trecho do relatório preliminar, ele cita ação do MPF do Rio Grande do Sul contra a associação Médicos Pela Vida. A Procuradoria pede que a entidade pague R\$ 10 milhões, ou valor definido pelo juiz, por danos à saúde e moral coletivo.

Renan aponta que os nomes que devem arcar com danos morais participaram do que a CPI chama de “gabinete paralelo” ou defenderam, em outros espaços, políticas sem embasamento científico.

Uma das principais produtoras de ivermectina do Brasil, a Vitamedic bancou a publicação de anúncios da Associação Médicos Pelo Brasil em defesa do

tratamento precoce, como revelou o jornal Folha de S.Paulo.

O laboratório e a entidade não constam da lista de pedidos de indiciamento do relatório preliminar de Renan, diferentemente dos outros nomes que o relator sugere que paguem por danos morais coletivos.

Além de recomendar que o MPF ajuíze a ação civil e indicie Barros, o relator deve pedir que a Receita Federal aprofunde investigações sobre as empresas do líder do governo.

Renan reservou 20 páginas para descrever as ações de Barros na pandemia. Este trecho do relatório cita relação do líder do governo com laboratórios que ofereceram vacinas ao Ministério da Saúde e dados de movimentações das próprias empresas de Barros.

SP). As autoridades têm prazo de cinco dias úteis para responder à comissão. Procurados pela reportagem, os ministérios não quiseram se manifestar. O episódio dos ministros ocorreu em um princípio de confusão com manifestantes contrários a Bolsonaro na saída da comitiva presidencial da residência da missão brasileira junto à ONU, no Upper East Side, em Nova York. As autoridades brasileiras estavam nos Estados Unidos para participar da abertura da Assembleia-Geral da entidade. Na ocasião, cerca de dez pessoas gritaram palavras de ordem contra o presidente, como “genocida” e “assassino”. Em resposta, Queiroga fez o gesto quando a comitiva brasileira já deixava o local.

TERRORISMO

Após PM ser absolvido, viaturas rondam casa de jovem negro morto

Apenas três dias após o sargento Adriano Fernandes de Campos ser absolvido da acusação de ter participado do assassinato do adolescente negro Guilherme Silva Guedes, 15, viaturas da PM-SP (Polícia Militar de São Paulo) foram flagradas em vídeo rondando o imóvel onde o jovem morava com a avó, Vera Rodrigues.

As imagens obtidas pelo reportagem, captadas por câmeras de segurança neste fim de semana, mostram policiais militares em frente à casa em Americanópolis, zona sul de São Paulo.

A família, que repassou na segunda-feira passada o conteúdo à corregedoria da corporação, acusa os agentes de terem tentado abrir o portão do imóvel na noite de sábado. Em um registro no dia seguinte, um PM sacou o celular e fotografou o local.

As primeiras imagens dos policiais militares na área foram captadas às 23h11 do último sábado, quando dois policiais militares desembarcaram de uma viatura em frente à casa da família. Enquanto o condutor manobrava para estacionar o veículo junto ao meio-fio do outro lado da rua, é possível ver os agentes em frente ao imóvel.

Em depoimento ao qual a reportagem teve acesso, a família acusa os agentes de terem forçado o portão.

A versão foi reforçada pelo advogado Paulo Malvezzi, do movimento da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, que presta assistência à família no caso.

Segundo ele, a avó do adolescente morto não prestou depoimento porque disse que não conseguiria reconhecer os policiais envolvidos na ação devido à falta de luz e ao uso de máscaras de proteção contra a Covid-19.

“A Joice ligou para ela (a avó de Guilherme) durante o depoimento para detalhar a tratativa com os policiais, que tentaram abrir o portão”, explicou Malvezzi, em entrevista à reportagem.

Em outro vídeo registrado às 9h40 do último domingo, dia seguinte ao episódio, uma viatura apareceu novamente. Um policial desembarcou do carona e fotografou a fachada do imóvel com um celular. Imagens feitas pelo celular de uma moradora ainda mostram os agentes fazendo abordagens no local. Às 17h37, um comboio formado por quatro viaturas foi filmado na rua.

Nota

COMISSÃO DE ÉTICA PEDE ESCLARECIMENTO A QUEIROGA POR MOSTRAR DEDO A MANIFESTANTES

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) encaminhou na segunda um pedido de esclarecimentos ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, por ter mostrado o dedo a manifestantes que protestavam contra o presidente Jair Bolsonaro durante viagem a Nova York em setembro. Além dele, o ministro de Relações Exteriores, Carlos França, também deverá se explicar à CEP, por ter feito no mesmo episódio um gesto de “arminha” com as mãos. As medidas foram tomadas no âmbito de uma denúncia apresentada pelo deputado federal Ivan Valente (PSOL-

DocuSigned by:

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodaacionista.com.br

**EDUCAÇÃO**

Estado e prefeitura buscam alunos que não voltaram para escola

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

As secretarias de Educação do município e do estado do Rio de Janeiro estão desenvolvendo estratégias para localizar os estudantes que deixaram de assistir às aulas durante a pandemia da Covid-19 e ainda não retornaram às escolas. A estimativa é que sejam 25 mil estudantes na capital e cerca de 80 mil na rede estadual.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, responsável principalmente pela educação infantil e ensino fundamental, todos os anos há estudantes que deixam de frequentar as aulas e até mesmo abandonam os estudos. Com a pandemia e o fechamento prolongado das escolas em 2020, no entanto, o quadro se agravou.

"Houve um forte desengajamento dos alunos e seus familiares. Chegamos ao número de 25 mil contabilizando os alunos que não estão em aulas presenciais e não interagiram com a escola e seus professores", disse a pasta em nota.

Já a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc-RJ), responsável principalmente pelo ensino médio, informou que cerca de 80 mil estudantes permanecem infrequentes, ou seja, frequentaram menos de 75% das aulas presenciais ou remotas. Isso não significa, de acordo com a pasta, que esses alunos tenham abandonado a escola. Ainda é possível a reposição dos conteúdos e o cumprimento da frequência exigida até o final do ano letivo, segundo a secretaria.

BUSCA ATIVA

Para evitar que esses estudantes abandonem permanentemente os estudos, ambas as redes de ensino desenvolvem ações para trazê-los de volta às escolas.

A secretaria municipal informou que está em curso um projeto de busca ativa que conta com uma articulação com as demais secretarias, especialmente a de Saúde e a da Assistência Social, e subprefeituras. Além disso, a pasta utiliza a plataforma de Busca Ativa Escolar, elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para identificar crianças e jovens fora da escola.

A secretaria atua ainda na mobilização dos diretores e professores junto aos responsáveis e colegas dos alunos ausentes e utiliza as redes sociais e até mesmo carros de som.

No âmbito do estado, para manter o vínculo do estudante com a escola, a Seeduc-RJ tem orientado a rede sobre os procedimentos para realização da busca ativa e promovido diferentes campanhas de resgate de alunos com baixa frequência e/ou nota.

Segundo a pasta, as escolas estaduais também desenvolvem estratégias autônomas de acordo com as necessidades e a realidade local, tais como visita às residências de estudantes; mensagens por redes sociais; reuniões virtuais com pais e responsáveis; articulação com grêmios estudantis, associação de moradores e entidades públicas locais; apoio de rádios comunitárias, entre outras.

AULAS PRESENCIAIS

A rede municipal de ensino do Rio de Janeiro começou o retorno das aulas presenciais sem rodízio de alunos, na segunda-feira passada. Na primeira fase, retomam as aulas a pré-escola, 1º, 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e o programa Carioca II.

Até a semana passada, as aulas presenciais vinham sendo feitas em sistema de rodízio, com metade da lotação das turmas, devido à pandemia da covid-19. Os grupos se alternavam de semana em semana entre os ensinos presencial e remoto.

Todas as escolas da rede estadual de ensino estão abertas, ofertando o modelo de ensino híbrido, com aulas remotas e também presenciais para todos os alunos que optarem por essa modalidade, exceto aquelas escolas cujos municípios encontram-se com norma proibitiva para atividades pedagógicas presenciais. As unidades escolares cumprem todos os protocolos e orientações definidos pela Secretaria de Estado de Saúde.

BRASIL

A exclusão escolar é uma preocupação não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. O número de crianças e adolescentes sem acesso à educação no país saltou de 1,1 milhão em 2019 para 5,1 milhões em 2020, de acordo com o estudo Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - um Alerta sobre os Impactos da Pandemia da Covid-19 na Educação, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) Educação.

EUA

Senado veta uso de verbas para remover quilombolas

RAFAEL BALAGO/FOLHAPRESS

A Comissão dos EUA responsável pela alocação de verbas determinou que o governo americano impeça que recursos destinados a ações no Brasil sejam usados na remoção de comunidades indígenas e quilombolas da região de Alcântara, no estado do Maranhão.

O veto foi incluído na proposta de orçamento para o ano fiscal de 2022 do Departamento de Estado, que inclui verbas para ações dos EUA no exterior. "A Comissão está preocupada com os relatos de que o governo do Brasil planeja forçar a realocação de centenas de famílias quilombolas para expandir o Centro de Lançamento de Alcântara. Nenhum dos recursos providos por esta lei ou por leis anteriores podem estar disponíveis para forças de segurança do Brasil

que se envolvam em reassentamentos forçados de comunidades indígenas ou quilombolas", afirma o comitê no documento.

O órgão é liderado pelo democrata Patrick Leahy, mas a construção do orçamento é um esforço bipartidário. Apresentado na segunda-feira passada, o documento ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Casa.

A proposta prevê US\$ 17 milhões (R\$ 94,5 milhões) para ajuda ao desenvolvimento do Brasil, a serem administrados pela Usaid (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional), e outros US\$ 20 milhões (R\$ 111 milhões) para ações relacionadas a programas ambientais na Amazônia brasileira.

Os EUA e o Brasil fecharam um acordo para que os americanos utilizem a base de Alcântara, no Maranhão, para lançamentos de foguetes. O acordo foi firmado inicialmente entre os

presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro em março de 2019 e depois aprovado pelos Congressos dos dois países. O decreto de promulgação do tratado foi assinado pelo líder brasileiro em fevereiro de 2020.

Pelo acordo, os americanos poderão fazer uso comercial da base em troca de recursos para que o Brasil invista no desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Na época da negociação, estimava-se que o país poderia receber até US\$ 10 bilhões por ano. Ainda que o território da base siga sob jurisdição brasileira, algumas partes dela poderão ser acessadas apenas por americanos.

Em outubro de 2019, o jornal Folha de S.Paulo mostrou que um plano para remover cerca de 350 famílias de quilombolas da região estava em fase avançada. Elas seriam retiradas dali para permitir a ampliação do CLA

(Centro de Lançamentos), comandado pela Aeronáutica, a fim de alugar espaços para operações de outros países.

Em março de 2020, o governo publicou uma resolução que previa a remoção de moradores locais para ampliar a base. Uma decisão da Justiça Federal, porém, suspendeu a retirada. O Ministério Público Federal também recomendou o adiamento em razão da pandemia de coronavírus.

Fundado em 1648, o município de Alcântara chegou a ter 133,3 mil escravos. A cidade tem atualmente 21,8 mil moradores, dos quais 77% se declararam quilombolas.

Para eles, agora há uma reedição do que viveram a partir de 1983, quando a ditadura militar (1964-1985) realizou a remoção de mais de 300 famílias de 24 povoados para a criação do núcleo central do CLA.

HAITI

Gangue que sequestrou estrangeiros exige resgate de US\$ 1 mi por vítima

A gangue haitiana 400 Mawozo, que sequestrou 17 missionários dos Estados Unidos e do Canadá em Porto Príncipe no sábado passado, exigiu um resgate de US\$ 1 milhão (R\$ 5,5 milhões) para cada pessoa detida, segundo informações dadas pelo ministro da Justiça haitiano, Liszt Quitel, ontem.

As autoridades locais, de acordo com apuração do jornal americano Wall Street Journal, disseram que o grupo sequestrado foi capturado na região de Croix-des-Bouquets, a cerca de 13 quilômetros de Porto Príncipe, e é composto por 16 americanos e um canadense. Cinco crianças e seis mulheres estão entre as pessoas levadas.

"Frequentemente, essas gangues sabem que essas demandas não podem ser atendidas e vão considerar uma contraoferta das famílias", disse Quitel. "As

negociações podem levar alguns dias ou até semanas."

Ainda de acordo com o ministro, a quadrilha não estabeleceu um prazo para o pagamento do valor exigido. Em abril, cinco padres, duas freiras e dois cidadãos franceses foram sequestrados na mesma região do sequestro atual e liberados no final daquele mês. Quitel afirmou que um resgate foi pago por dois dos padres, mas não detalhou os valores.

Os sequestros se tornaram cada vez mais comuns no Haiti em meio a uma crescente crise política e econômica, com ao menos 628 episódios do tipo de janeiro a setembro de 2021, de acordo com relatório do Centro Haitiano para Análise e Pesquisa em Direitos Humanos.

Na segunda-feira passada, haitianos organizaram uma greve nacional para protestar contra as atividades de gangues e os

sequestros, que vêm aumentando há anos e pioraram desde o assassinato do Jovenel Moïse, 53, em julho - crime que segue sendo investigado. O chamado para a mobilização havia sido feito na última semana e ganhou fôlego com o sequestro de estrangeiros no sábado.

Os líderes do setor de transporte pressionaram pela greve, em parte porque trabalhadores da área são alvos frequentes dos sequestros orquestrados por gangues.

"Faz meses que pedimos ajuda e, como não temos segurança contra sequestros, pedimos à população que suspenda todas as atividades", disse Changeux Mehu, presidente da Associação de Proprietários e Motoristas.

Entre a população, a sensação é de que as forças de segurança pública são incapazes de conter o avanço da criminalidade

e da insegurança urbana. "O sequestro dos americanos mostra que ninguém está seguro no país", acrescentou Mehu. "Pagamos nossos impostos ao Estado e, em troca, pedimos segurança para que o país funcione."

O FBI, polícia federal dos EUA, já havia anunciado que enviou para o Haiti um grupo de oficiais para auxiliar na investigação do sequestro. Em agosto, o governo americano instou seus cidadãos a não viajarem ao Haiti devido a sequestros e instabilidade política.

Episódios como esse envolvendo estrangeiros eram raros, mas têm se tornado mais frequentes. As vítimas geralmente eram haitianos de classe média que não podiam pagar guardacostas, mas conseguiriam arcar com um resgate pedindo dinheiro emprestado a familiares ou, então, vendendo propriedades.

EX-PRESIDENTE

Câmara de NY retira estátua de Thomas Jefferson por passado escravocrata

A Câmara Municipal de Nova York aprovou a remoção da estátua do ex-presidente Thomas Jefferson, que permaneceu na sala da diretoria por mais de cem anos, tirando do local a figura de um dos pais fundadores dos EUA e principal autor da Declaração de Independência devido a seu passado escravagista.

Na segunda-feira, um comitê da Câmara votou por unanimidade pela retirada da representação da sala de reuniões. O ex-presidente teve mais de 600 escravos e, com uma delas, Sally Hemings, seis filhos.

Havia alguns anos vereadores de origem latina e negra já reivindicavam timidamente a retirada

da homenagem. Após discussões, decidiu-se transferir a estátua para a Sociedade Histórica de Nova York. "Jefferson representa algumas das partes mais vergonhosas da longa e cheia de matizes história do nosso país", disse a vereadora Adrienne Adams, que é negra, do Partido Democrata.

Nem todos, no entanto, concordam com a decisão. Sean Wientz, professor de história dos EUA na Universidade Princeton, escreveu em uma carta lida pela comissão que "a estátua homenageia Jefferson especificamente pela sua grande contribuição à América e à humanidade".

O debate sobre a estátua de Jefferson faz parte de um movimento nacional que surgiu na esteira da morte de George Floyd, um ho-

mem negro sufocado sob o joelho de um policial, e do Black Lives Matter.

Também se insere em um quadro de acentuada desigualdade racial, exposto pela pandemia da Covid-19, e do debate sobre se monumentos e símbolos dos confederados, que lutaram no lado que defendia a manutenção da escravidão durante a Guerra Civil americana, deveriam ser removidos. Feita de gesso com base no modelo de bronze de Jefferson em exibição na Rotunda do Capitólio, em Washington, a estátua foi encomendada em 1833 por Uriah P. Levy, o primeiro comodoro judeu da Marinha americana, para comemorar o apoio de um dos "pais da nação" à liberdade religiosa nas Forças Armadas.

Nota**ISRAEL CONCEDE CIDADANIA A 4.000 PALESTINOS**

Israel anunciou, ontem, a legalização do status de 4.000 palestinos sem documentos na Cisjordânia. A ação, descrita pelo ministro da Defesa, Benny Gantz, como um "gesto humanitário", ocorre após uma década sem que nenhum dos milhares de pedidos fosse autorizado pelo governo israelense. A decisão abrange solicitações de 2.800 ex-moradores da Faixa de Gaza que deixaram o enclave depois que o território foi tomado em 2007 pelo Hamas, grupo militante islâmico considerado terrorista por Israel.

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodeacionista.com.br